

Práticas pedagógicas com aluna surdo-cega do 6º. ano do Ensino Fundamental

Suely Lucena Martins*

Resumo

Trata-se de relato de experiência com aluna surdo-cega, do Ensino Fundamental, em 2008, na Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos, em Manaus, estado do Amazonas. O objetivo do relato é apresentar experiências na sala de aula, para verificar sua evolução, recursos utilizados, mudanças necessárias, conceitos que precisam ser mudados e diferenças que precisam aparecer. A importância de qualquer programa para crianças surdo-cegas consiste, pois, na promoção do desenvolvimento de seu potencial singular como seres humanos e membros úteis na família e na sociedade. É um relato de experiência cuja abordagem é puramente qualitativa, referendada por autores, como por exemplo: AMARAL (2002) e SERPA (2002). Os procedimentos metodológicos consistem na utilização das técnicas de observação do sujeito em atividades, utilizando-se o método Libras Tátil.

Palavras-Chave: Surdo-cegueira. Experiências. Diferenças. Inclusão.

Introdução

A surdez é uma experiência visual que traz ao sujeito surdo a possibilidade de constituir sua subjetividade por meio de experiências cognitivo-lingüísticas diversas, mediadas por formas de comunicação simbólica alternativas, que encontram na língua de sinais seu principal meio de concretização.

Cada sujeito surdo é único. Sua identidade se constituirá, conforme

* Graduada em Pedagogia e Pós-Graduada em Psicopedagogia pela UNINILTONLINS. Professora da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos. sulylucena@yahoo.com.br

as experiências socioculturais que vivenciou ao longo de sua vida. Há surdos que têm consciência de sua diferença e necessitam de recursos essencialmente visuais nas suas interações, e surdos que nasceram ouvintes e, portanto, conheceram a experiência auditiva.

No que concerne a atenção às pessoas com necessidades especiais, a última década do século XX foi marcada por significativos avanços, ainda que não definidos. Atualmente, considera-se **inclusão** uma palavra de ordem. Nesse sentido, pretende-se que todos os alunos, independentemente de suas condições permanentes ou momentâneas, tenham direito a uma educação de qualidade; sejam vistos em seu todo, no que se refere ao desenvolvimento e ao crescimento; recebam indistintamente uma educação que respeite suas potencialidades e seus interesses; e, por fim, tenham facilitada a transição para a vida profissional, de modo a moverem-se na sociedade com autonomia e confiança.

Assim sendo, o embasamento teórico deste relato foi feito por meio de pesquisa bibliográfica e através de técnicas de observação e *portfolio*; foram feitos registros e levantamento de dados a partir de uma experiência com uma aluna surdo-cega, matriculada na 6.º ano do Ensino Fundamental, do turno vespertino, da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos. Por meio das observações, pudemos detectar o potencial de alunos com surdo-cegueira, conforme poderemos perceber no decorrer do relato dessa experiência a seguir.

O atendimento diferenciado ao surdo-cego

Antes de iniciarmos o relato, é importante que tenhamos *a priori* uma noção do que seja surdo-cegueira. Esta consiste no comprometimento, em diferentes graus, da audição e da visão, sentidos considerados pela literatura como receptores das informações à distância. Os efeitos da deficiência auditiva e visual no desenvolvimento infantil estão relacionados ao grau e ao período de surgimento de cada um dos comprometimentos. É uma combinação de deficiência visual e auditiva, reconhecida como uma única condição de incapacidade e de limite.

Para Amaral (2002), a história da educação dos surdo-cegos sempre esteve próxima da educação de crianças surdas. Assim, o método gestual, desenvolvido na França, e o oral, na Alemanha, sofreram algumas adaptações ao serem utilizados com pessoas surdo-cegas. Foi acrescentada a percepção tátil ou a alteração do espaço de sinalização segundo o campo visual da pessoa, possibilitando a recepção ou expressão da informação.

Serpa (2002), em seu *Manual para pais de surdo-cegos*, afirma que, geralmente, quando nos deparamos com uma pessoa surdo-cega pela primeira vez, não sabemos o que fazer, não entendemos como aprende, o que se deve considerar para tornar sua vida mais fácil, como explicar-lhe o que queremos, como compreende, como pode nos expressar suas necessidades e desejos.

Foi o que aconteceu quando iniciamos o acompanhamento à aluna surdo-cega. Nossas primeiras angústias foram muito grandes porque não sabíamos por onde começar, como lidar com um aluno surdo-cego. A ação nesse sentido é muito complexa, conforme se pode perceber no relato a seguir.

No início do ano letivo de 2008, tivemos a oportunidade de dar continuidade a um trabalho pedagógico que havíamos iniciado em 2006, com uma aluna surdo-cega. Iniciamos nossa busca. Para relatar essa experiência, temos, antes, que ressaltar, independentemente de ser um direito explícito na Constituição Federal, que a escola, antes de tudo, deve acreditar no potencial de todos que dela fazem parte; que, através dos diferentes sujeitos e saberes que a constituem, poderemos refletir, criticar, atuar, acelerar e, quando necessário, retroceder. Uma escola participativa jamais estará pronta. A cada ano ela se constrói na interação, nos encontros e nos diferentes olhares que surgem no dia-a-dia. A Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos, onde ocorrem os fatos relatados, tem por princípio filosófico e ideológico acreditar que as crianças são sujeitos, independentemente de suas diferenças, com os mesmos direitos.

Na continuidade do trabalho com a aluna surdo-cega, tivemos uma única certeza: a construção e o desenvolvimento desse trabalho deveriam ser coletivos. Estariam envolvidos nesse trabalho a família, a escola e pedagogos, além desta professora.

A verdadeira equipe de trabalho que compõe uma instituição deve obrigatoriamente envolver os pais dentro desta equipe, de uma forma ativa nos programas que são desenvolvidos com seu filho. Esta relação se baseia em uma percepção positiva de ambas as partes, ou seja, tanto os pais como os profissionais devem ser vistos não como “amigos” ou “inimigos”, mas sim como “colegas” e como tal devem receber o mesmo respeito, capacitação, compreensão etc. (SERPA, 2002, p. 16).

No caminho dessa experiência vivenciamos diversas situações com as quais aprendemos muito. A cada momento, novos desafios surgiam. Porém, a aluna possui um potencial inigualável. Ela tem surdo-cegueira adquirida, pois nasceu surda e aos 12 anos perdeu a visão em consequência do diabetes.

À medida que desenvolvíamos o trabalho com essa aluna, fomos criando um laço de afeto e ternura que nos indicava o melhor caminho para trabalharmos.

Amaral (2002) apresenta a necessidade de dotar a criança surdo-cega com aprendizagens centradas em experiências reais do dia-a-dia, prática que cada dia exercito, desde a massagem à conversa em Língua Brasileira de Sinais, pois, ela foi alfabetizada em Libras, Libras Tátil e Alfabeto Manual.

O sistema de comunicação Libras tátil, também conhecido como “método de vibração”, ocorre mediante a percepção tátil das vibrações produzidas durante o ato de falar (NASCIMENTO; COSTA, 2005).

Hoje, a aluna em estudo, apesar de ser a única surdo-cega do turno vespertino da Escola, espaço de estudo, já interage com os outros alunos, na hora do lanche, sorri, participando de todas as atividades da escola. Na sala de aula, percebemos que ela é dotada de grande aptidão e criatividade. Interessa-se por Matemática e pelas outras áreas do conhecimento, fazendo da Libras a maneira de se expressar e se comunicar.

As pessoas que convivem com alunos surdo-cegos (ao dizer alunos me refiro a pessoas que estão um processo de aprendizagem de uma ação, sem importar a idade destas pessoas), devem crer neles, em suas possibilidades. Se você acredita nele, ele tentará, se você não acredita, ele não fará (SERPA, 2002, p. 19).

Sentimo-nos felizes e gratificadas e sem sentimento de impotência, confusão e uma responsabilidade não mais sufocante, mas gratificante. A avaliação de uma criança surdo-cega é um desafio estimulante.

O trabalho deve ser continuado, servindo de base para futuras adaptações curriculares, pois, evidencia que, embora se trate de uma jovem com surdo-cegueira, não só a Escola mas também a família são fundamentais nesse processo, de modo que a autonomia seja desenvolvida, proporcionando um amadurecimento pessoal, sendo sujeito e suas ações e compreendendo as questões que envolvem a sua realidade, construindo assim, um relacionamento sólido e afetivo, de modo a agir na defesa de seus interesses e necessidades e a colaborar no processo de construção da cidadania dessa parcela da população.

Considerações Finais

A evolução da aluna tem sido significativa do ponto de vista da aprendizagem, da afetividade e da participação ativa (a turma desta aluna obteve o melhor índice de aproveitamento do turno vespertino).

Conclui-se, pois, que o objetivo maior da educação de crianças com surdo-cegueira é o de auxiliá-las a perceber o mundo, o que requer dos profissionais que trabalham com elas o papel de facilitadores da aprendizagem, criando oportunidades de experiências significativas.

Quando faltam os sentidos de distância, o tato assume o papel de sentido-guia, sendo complementado pelos sentidos remanescentes na exploração e no estabelecimento de contatos com o mundo exterior. (MYKLEBUST, 1971)

Referências bibliográficas

- AMARAL, Isabel. A Educação de estudantes portadores de surdocegueira. In: MASINI, Elcie F. S. (Org.). *Do sentido... pelos sentidos... para o sentido*. São Paulo: Vetor Editora, 2002, p. 121-144.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- NASCIMENTO, Fátima Ali Abdalah Abdel Cader; COSTA, Maria da Piedade Resende. *Descobrimo a surdocegueira*. São Carlos: EduFSCar, 2005, p. 64.
- SERPA, Ximena. *Manual para Pais de surdocegos e múltiplos deficientes sensoriais*. São Paulo: SOFTWARE A. G., 2002.